

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O MEME COMO FONTE PARA A ABORDAGEM HISTÓRICA DE TEMAS TRAUMÁTICOS EM SALA DE AULA: REPRESENTAÇÕES SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

ARAÚJO, Cilmara Léo de.

Mestranda do Profhistória-UESB

cil_ledo@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa sobre o uso de memes como fontes para abordagem de temas traumáticos em salas de aula de História, com ênfase sobre a Ditadura Militar no Brasil. A proposta aponta para as possibilidades de exploração de conteúdos disponíveis em mídia digital, em especial os memes, apreendidos como espaços que abrigam múltiplas temporalidades e que estão inseridos na vida cotidiana de jovens em idade escolar. O trabalho com estudantes de 3º ano do ensino médio de uma escola pública da cidade de Guanambi, no interior da Bahia, insere-se nessa perspectiva, de estímulo à aprendizagem histórica como forma de enfrentamento ao autoritarismo, às ideias e práticas antidemocráticas, que têm repercutido no ambiente da sala de aula. A escolha do tema Ditadura Militar é o mote para a discussão em torno de princípios humanistas e para a afirmação de direitos humanos fundamentais, que têm sido objeto de negação por grupos de extrema-direita que se encontram no controle de instâncias centrais do governo brasileiro. Desse modo, o estudo sobre a Ditadura Militar, enquanto tema traumático, por meio do estudo dos memes, se apresenta, no sentido de aguçar olhares e questionamentos sobre nosso tempo vivido, como fruto da ação de outros sujeitos históricos e assim fazer da sala de aula um espaço democrático e de debate a partir das vivências dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de História, Memes, Temas traumáticos, Ditadura Militar.

Esta proposição busca aporte no campo da Educação Histórica, que juntamente com a Didática da História e a Epistemologia da História dão subsídios para uma experiência de ensinar e aprender distinta do que se tem experienciado em função de uma tradição curricular conteudista, eurocêntrica, linear e cronológica. Esse campo aponta caminhos e possibilidades para que o componente curricular ganhe significado para os estudantes e que seu estudo possa favorecer a ampliação do conhecimento dos alunos acerca da história e da própria constituição do pensamento histórico “tomando como ponto de partida e de chegada a vida prática dos sujeitos”.(SCHMIDT, 2020, p.27).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

À vista disso, tem-se a pretensão de possibilitar o letramento histórico dos estudantes por meio dos debates e reflexões em torno dos memes¹, tomado como fonte de estudo, para o desenvolvimento da aprendizagem histórica. Acredita-se que o trabalho com memes, pautado na Metodologia da Aula Histórica pensada pela professora Dr^a Maria Auxiliadora Schmidt, pode contribuir para desenvolver competências de leitura e interpretação de fontes, com vistas à potencialização da consciência histórica dos indivíduos.

A natureza das mídias digitais e, em especial, dos memes enquanto formas contemporâneas de humor, permite abordar criticamente, para além da perspectiva linear e cronológica, temas históricos de difícil tratamento no atual contexto de negacionismos e de avanço do ideário conservador nas escolas da Educação Básica.

De acordo com Pessi (2015) apesar da ampla disseminação da Internet entre a população brasileira, o entretenimento e comunicação se apresentam como atividades preteridas pelos usuários em detrimento dos estudos voltados para educação e aprendizagem. Pessi (2015) cita Kristen Snyder (2007) para abordar o conceito de cultura digital, com o objetivo de compreender as formas dessa geração se relacionar no mundo digital, que está cada vez mais conectada. Destaca que “[...] a Internet não pode ser vista como secundária para a aprendizagem, mas como coautora no ambiente de aprendizado, promovendo um desenvolvimento não só acadêmico, como social.” (PESSI, 2015, p. 937)

Desse modo, a escolha pelo gênero meme compreende essa necessidade de utilizar as informações da Internet para serem analisadas em sala de aula, visto que a linguagem humorística dos memes atrai o gosto de todos e com imagens e mensagens variadas viralizam e influenciam veementemente as concepções das pessoas. , sob a perspectiva seja de crítica à situação vigente, ou de apoio, se tornando parte da cultura e cotidiano do estudante.

A forma como o período militar vem sendo confrontado no meio virtual, aliado a outras mudanças que adentram o ambiente escolar, sugerem a necessidade de repensar outras opções de abordagem da temática que considerem questões políticas e ideológicas do presente. Então, nessa proposta de trabalho, o meme é visado como fonte histórica para a problematização do

¹ Os memes são informações que se espalham rapidamente pela Internet na forma de vídeo, imagem, hashtag, palavra ou frase, utilizando como meio de propagação as redes sociais e blogs, principalmente. Os memes podem se tornar populares rapidamente ao redor do mundo e desaparecer por completo em poucos dias. Os memes estão associados ao fenômeno de viralização de uma informação, que atinge grande popularidade. Associando imagens ou vídeos que chamam a atenção a frases ou palavras, os memes transmitem informação aos usuários da Internet, mas a viralização muitas vezes acaba por banalizar essa informação, tomadas como algo com início e fim em si. (PESSI, 2015, p. 939)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conteúdo Ditadura, de modo que possibilite o pensar historicamente por meio do acesso aos procedimentos da pesquisa histórica e de relações com a vida prática. As narrativas dos estudantes, sistematizadas na produção de memes sobre a ditadura militar podem favorecer a construção de discursos pautados na ciência da história, no combate aos negacionismos e anacronismos intrínsecos aos discursos que corroboram com preservação de injustiças do passado.

Por que trabalhar temas históricos traumáticos?

O espaço da sala de aula é o lugar de debater temas vivos, criar expectativas, despertar emoções e favorecer um ambiente propício para uma aprendizagem significativa, considerando a importância de todos, já que para história tudo que é humano é histórico, daí a relevância de trazer as vivências dos estudantes para esse cenário .

Em consonância com Gil e Mesquita (2020) acredita-se no poder do conhecimento histórico como ferramenta para intervir na sociedade, assim, é preciso romper com o passado silenciado que naturaliza a opressão e as desigualdades sociais. Sob essa ótica a história é imprescindível na promoção da justiça social. Quando o espaço da sala de aula é democratizado,

[...] congrega saberes de negros e negras, de africanos, de indígenas, de grupos LGBTQIA+, de pobres, de favelados, de mulheres, de forma que possamos interligar lutas políticas e construir um mundo em que todos/as/xs tenham oportunidades e direitos .[...] (GIL;MESQUITA,2020, p.7)

Ademais, pretende-se conceber uma nova possibilidade de abordagem sobre a História para além do modelo eurocêntrico, quadripartite, linear e cronológico que tem servido de base para orientar as aprendizagens históricas. Um dos caminhos pressupõe considerar as múltiplas temporalidades, como fruto das construções que permeiam as histórias das sociedades e tendo em vista a complexidade da realidade social, é indispensável desconstruir esse modelo cartesiano atrelado à tradição positivista que tem prevalecido ainda em nossos dias. “[...].Questões sensíveis na aula de História podem transformar a sala de aula em espaço plural e implodir o currículo eurocentrado e unívoco.[...]”(GIL;MESQUITA,2020, p.9)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O debate desses temas pertinentes de nossa história, favorece que os estudantes compreendam as contradições inerentes à sociedade, o papel das pessoas comuns em todo o processo de constituição de nossa história e, se reconheçam como integrantes dessa trajetória .

Nesse sentido, Gil e Eugênio (2018) sugerem que dialogar sobre temas sensíveis e controversos na sala de aula é significativo pela possibilidade de formar cidadãos comprometidos “[...] com a justiça, com a defesa dos direitos humanos e com vida no planeta, para que as pessoas possam viver juntas de forma saudável e generosa.[...]” (GIL;EUGENIO,2018,p.156). “[...] como uma possibilidade de [...] edificar, tornar as pessoas melhores em si e em suas relações.[...]” (GIL;EUGENIO,2018,p.157)

A crença de que a educação é o caminho para transformar o mundo por meios da ação das pessoas é que serve de motivação para os educadores seguirem na contramão do sistema, na luta por um ensino que valorize o ser humano em suas diferenças, daí a pertinência de estudar temas polêmicos que geraram traumas ou que geram desconforto em função das divergências ideológicas.

A ascensão em 2018 de um Governo com fortes características autoritárias, bem como, de ideias contrárias a uma educação cidadã em seu sentido mais amplo, é que nos inspira a compreender melhor essas temáticas. Mexer nessas questões com segurança, buscando lidar com situações complexas em sala de aula, em virtude de pontos de vistas contrários, vão instituir um lugar de aprendizagem efetiva. Portanto, além de conteúdos aprende-se o respeito ao outro, base do bem estar das relações sociais, pilar de uma sociedade verdadeiramente democrática . “[...] Cada vez mais a escola é chamada a ensinar o trauma, a injustiça, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção da história.[...]” (GIL;EUGENIO,2018,p.141). Conforme elucida Pereira e Paim (2018):

[...] No Brasil, torna-se necessário perguntar como se pôde conviver com a tortura, com o desaparecimento e com a morte. Por que se tenta jogar ao fundo do esquecimento tais práticas? Como se pode conviver hoje com o genocídio dos jovens negros, com o assassinato de gays, com a intolerância de toda a ordem?[...] (PEREIRA;PAIM, 2018, p.1250)

O ensino de história, nessa perspectiva, apresenta seu caráter humanizador, é preciso, por meio de uma atuação comprometida do professor, democratizar o debate em sala de aula,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com ênfase no diálogo, na pluralidade de ideias e no uso de fontes históricas para que os estudantes construam suas narrativas e possam orientar sua vida prática a partir de sua consciência histórica (RUSEN,2001).

[...] Neste sentido, as questões sensíveis e temas controversos podem se constituir em desafios a serem enfrentados na abordagem de situações de trauma, de injustiça, de preconceito, de sofrimento para, assim, romper as barreiras impostas pelos autoritarismos do tempo presente.” (GIL;MESQUITA,2020, p.13)

Em suma, estudar os temas traumáticos em sala de aula pressupõe perceber como os dramas vividos pelas sociedades no passado influenciaram nos dramas do presente, pois muitas dessas histórias continuam arraigadas, por meio do trauma enraizado na memória. Que as reflexões sobre esses assuntos favoreçam a sensibilização do ser humano e, que essa esperança nos motive para que não sejamos omissos, pois nossa tarefa enquanto educadores e professores de História requer coragem e persistência.

A Ditadura Militar brasileira na perspectiva de temas traumáticos

Uma abordagem sobre temas traumáticos em sala de aula ,concebe este espaço como lugar permeado por sentimentos e emoções. Então é primordial apresentar ao aluno “[...] algo que desperta um posicionamento ético e político, de indignação frente à injustiça e à violação dos direitos humanos mais fundamentais. [...]” (PEREIRA, 2017, p.2)

Nesse sentido, discutir ditadura militar,

[...] implica pensar num modo de inserir os jovens na dramaticidade daquele tempo, de modo a permitir problematizar sobre o quanto esse passado, ainda, é constituidor dos modos de criar nossas relações no presente.[...] (PEREIRA, 2017,p.3)

As lutas por direito à vida e à liberdade impõem-se como conteúdos essenciais ao tema Ditadura Militar no Brasil e só podem ser explicadas, em suas especificidades, sob o pano de fundo da repressão e da supressão de direitos que tomaram corpo no período que se seguiu ao Golpe de 1964.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sendo assim, retratar em sala de aula as atrocidades e crueldades ocorridas durante a ditadura militar, como perseguições, mortes, torturas converge na perspectiva do trauma. Fico (2012) assevera que,

[...]Em se tratando de um processo histórico que envolveu grande dose de violência – sobretudo a prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura e, várias vezes, de morte –, a ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos” característicos do século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente.[...](FICO,2012, p.44).

Partindo desse pressuposto, trazer para o debate o período histórico em questão é bastante relevante no sentido de entender suas especificidades a partir de construções de narrativas pautadas nos estudos das fontes para combater anacronismos históricos. Acrescenta-se a relevância de significar os conteúdos, considerando as especificidades do seu tempo histórico, em virtude de todas as atrocidades ocorridas durante o período e que ainda hoje suscitam vários questionamentos de indignação e negação, inclusive por que se trata também de testemunhas que vivenciaram esse momento. “Enquanto o jogo entre memória e esquecimento permanece em conflito, esse passado aberto, ainda inconcluso, segue disposto a ser modelado pelas experiências do presente.[...]”.(BALESTRA,2018,p.86)

Para Fico (2012) é preciso bastante zelo na utilização da expressão “trauma”, para explicar as ditaduras militares que ocorreram na América Latina, em virtude de suas especificidades no que tange à violência praticada, que no caso do Brasil foi ocultada pela censura e pelo desconhecimento por parte da sociedade.

De acordo com esse autor, talvez possa parecer excessivo usar o tema “trauma” para tratar da Ditadura brasileira quando outros eventos que envolveram graus extremos de violência, como a II Guerra mundial, os Regimes Totalitários responsáveis por várias atrocidades, agravados inclusive pelo holocausto, possam soar bem mais condizente com tal definição. No entanto, para ele “[...] o traço marcante da memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças.[...]”(FICO,2012, p.50)

Ele destaca essa frustração advinda do desenrolar dos acontecimentos pós campanhas das diretas, que não significou uma ruptura, mas um processo que até hoje suscita incongruências, desde o desaparecimento de corpos das vítimas, ainda inexplicados, e a dificuldade de acesso à documentação do período, que deixa muitas questões ainda em aberto.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A transição brasileira foi, assim, marcada pela impunidade, conciliação e frustração, lógica que prevaleceu até pouco tempo. De fato, ela não acabou, como estou tentando sugerir, e talvez esteja sendo retomada em outros moldes, sobretudo em função do que se costuma chamar de “justiça de transição”, isto é, os procedimentos através dos quais as pessoas atingidas por violações dos direitos humanos buscam reparações em países que viveram regimes autoritários ou outros processos violentos[...] (FICO,2012, p.53)

O estudo da Ditadura Militar, sob o prisma do trauma, evidencia que se trata de feridas abertas, em que muitas injustiças não foram reparadas, pode -se destacar

[...] a impunidade e a frustração causadas pela ausência de julgamento dos militares e de ruptura com o passado — que, por assim dizer, tornaram a transição inconclusa, em função da conciliabilidade das elites políticas.[...] (FICO,2013,p.10)

As questões sobre a ditadura militar são muito fortes e determinantes no contexto em que vivemos, a história, em muitos casos, precisa ser distorcida para legitimar jogos de interesses por parte do poder dominante.

[...]Enfim, faz-se necessário resistir e enfrentar os fatos vivos de um passado que não quer passar e, para tanto, insistir em fazer jus a um currículo de História, tanto na formação superior quanto na educação básica, que possa refazer a rota dos conteúdos ensináveis e formativos. (GIL;MESQUITA,2020, p.13)

Além do mais, se debruçar sobre esse tema pressupõe compreender esse período histórico para além do binômio de dominantes e dominados ou opressores e oprimidos. Os estudos sobre a Ditadura Militar, hora enaltece os atos heroicos dos movimentos de resistência, hora foca nos atos governamentais, e muitas outras questões do próprio cotidiano são deixadas a segundo plano, sendo fundamental à história avivar o “[...] compromisso com a existência daqueles/as que tiveram sua existência negada e necessitam, todo o dia, provar que existem.” (GIL;MESQUITA,2020, p.14)

Lidar com o tema traumático requer muita atenção para não se condoer e tomar partido, devido aos sofrimentos que marcam as memórias e que expressam os documentos , mesmo por que é impossível ser neutro. Jenkins(2004) corrobora com essa afirmação, pois para ele o relato historiográfico não resgata o passado, são apenas relatos e nunca o passado, “[...]sempre condicionado por nossas próprias visões , nosso próprio presente. Ninguém, não importando

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

quão imerso esteja no passado, consegue despojar-se de seu conhecimento e de suas pressuposições". (JENKINS,2004, p.33).

Segundo Gonçalves (2018) as reflexões sobre a Ditadura militar são relevantes pela possibilidade de elucidar o passado traumático, fomentar o debate histórico em sala de aula, para que haja o confronto de ideias, de modo que ponha em evidência os temas sensíveis e controversos do passado. No atual contexto, com consequentes assédios por que vem sendo acometidos os professores, por meio de projetos e políticas que visam enfraquecer a profissão docente, é primordial que os temas difíceis sejam debatidos nas aulas à luz da teoria e da epistemologia para que [...] auxiliem os alunos a construir narrativas sobre a Ditadura Civil Militar brasileira que superem o passado cor de rosa.[...] (GONÇALVES,2018,p.570)

Assim, as sequelas do período militar estão aí bem próximas de nós, e se não estivessem, delas não poderíamos nos esquecer, seja pela tentativa de alguns grupos de silenciar ou de utilizar discursos controversos para isentar militares e governo de qualquer culpa, e outros ainda, apresentam narrativas de exaltação a esse regime, defendendo até como solução para o país. Na construção do pensamento, não se pode deixar levar pelo presente para olhar o passado, analisar os fatos dentro de seu tempo histórico é primordial para não cometer injustiças com os sujeitos que vivenciaram o momento. Conforme Balestra,

No Brasil, a data que lembrou o cinquentenário do golpe, o dia 31 de março de 2014, foi marcada por ambiguidades. Enquanto organizações populares, ex-presos políticos, familiares de militantes mortos e desaparecidos e diversas universidades e centros de ensino fizeram uma série de atos públicos de “(des)comemoração” para discutir a violação dos direitos humanos durante a última ditadura, diversos civis e alguns militares aposentados se reuniram na principal Avenida de São Paulo, a Avenida Paulista, para festejar os 50 anos da chamada “Revolução Redentora”. Os manifestantes cantaram “Parabéns” em torno de bolos de aniversário, disseram que o Brasil vive o comunismo. Aos que vaiassem, respondiam: “*Vai pra Cuba*”. Em 2015, mais do que comemorar a “Revolução de 64”, centenas de pessoas que participaram das manifestações contra o governo do país pediram a “volta” da ditadura militar. [...] (BALESTRA,2016, p.250)

De acordo com a forma como a Ditadura Militar tem sido pontuada no Brasil, de longe se compara à forma como, por exemplo, a Argentina tem lidado com a Memória da Ditadura em seu país, no sentido de trazer para o presente as memórias do passado, seja por meio dos projetos escolares que contemplam a educação patrimonial, ou por outras formas como espaços de memórias que visam manter vivas as memórias de luta, resistência, mortes (Balestra, 2018). Assim, não se percebe no Brasil uma política efetiva de reparação ou mesmo de fortalecer a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

memória desse tempo enquanto algo que não deva ser esquecido, por ferir os direitos humanos ou punição pelos crimes de tortura como ocorreu na vizinha Argentina, como relembra a autora. Em 2015, em meio às manifestações, não foram poucos os que gritavam pelo retorno da Ditadura, “[...] , o que revela como estão as disputas sobre esse passado no país e dão a exata medida da fragilidade da nossa democracia.” (BALESTRA,2016,p.250).

Sendo assim, de acordo com Pereira e Paim (2018), demonstrar o que ocorreu no período militar, possibilita que os estudantes adentrem a toda a complexidade daquele momento, permite problematizar o quanto as relações do passado influem no presente, ocasionando possibilidades de transformação desse presente de forma ética.

[...].Os estudantes precisam vivenciar situações de aprendizagens que impliquem refletir sobre suas próprias representações, imaginário e emoções. Assim, eles são incentivados a tomar posições, a identificar-se e a interagir com identidades e posições diferentes das suas, e a história passa a ser vista como uma forma de conhecer o mundo para o qual estão crescendo. (ANDRADE;GIL;BALESTRA,2018, P.8)

Os professores de história, principalmente, têm sido alvo de ataques desde 2018 com a ascensão da extrema direita no governo do País .O retorno de ideais antidemocráticos, racistas e autoritários tem permeado o cenário político com apoio de alguns grupos. O Projeto Escola sem partido é um exemplo de movimento que visa cercear a liberdade do professor na sala de aula .Destarte, a responsabilidade do professor se torna ainda maior na busca por alternativas que burlem discursos ideológicos, que investem sob os direitos de liberdade do indivíduo. Dessa forma é pertinente endossar a luta em prol da democracia e liberdade de expressão na sala de aula e fortalecer os debates dos temas traumáticos para coibir qualquer possibilidade de revivê-los novamente ou vê-los silenciados como se não tivessem acontecido.

O papel do docente é refletir e problematizar as narrativas , a negação do mal não é a melhor forma de combatê-lo, sobretudo quando esse mal ainda se faz presente nos discursos de ódio e de desrespeito ao outro.

Farias e Oliveira (2020), esboçam a conjuntura atual onde são cada vez mais frequentes opiniões canalizadas pela mídia e pelas redes sociais que convergem para a negação da Ditadura Militar, apresentam-na como um período de progresso e segurança para o povo brasileiro, narrativa já comum na década de 1960 a 1970 pelo discurso oficial do governo ditatorial.

A derrocada dos governos de esquerda fomentou o ideal conservador dos grupos de direita que disseminam os desejos pela intervenção militar. Nesse sentido, os autores elucidam

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que a Escola não ficou impune nesse processo, os professores são denominados defensores da esquerda e a docência caracterizada como instrumento de doutrinação. Nesse âmbito concorda-se com os autores acerca da percepção de que estudar Ditadura Militar na Escola se tornou delicado em função das visões antagônicas e revisionistas, fruto do atual contexto. Soma-se o Projeto Escola sem partido como corporificação dos anseios desses grupos conservadores que tem ganhando ascensão e visibilidade no atual governo, embora não aprovado, mas a proposição já ganha notoriedade e possibilita conseguir mais simpatizantes, e serve inclusive como incentivo às práticas de difamação do trabalho docente e culpabilização dos professores por supostas tentativas de doutrinação em sala de aula.(FARIAS;OLIVEIRA, 2020)

E nesse cenário controvertido, o tema Ditadura Militar se torna ainda mais polemizado exigindo do professor segurança e competência para lidar com esses conflitos. De fato, conforme Faria e Oliveira (2020), a sala de aula deve ser o lugar dos embates de ideias diversas como forma de fortalecer a liberdade e capacidade de crítica, logo, temas como a Ditadura Civil Militar brasileira não podem ter suas consequências minimizadas, embora seus estudos possam ser aperfeiçoados.(FARIA;OLIVEIRA, 2020)

Essas questões elucidadas acima, compreendem as disputas no campo do conhecimento histórico, em que os saberes científicos e da universidade são questionados por grupos influenciados pelo ideário da extrema direita, que visam hegemonizar certas ideias de verdade em consonância com o senso comum. No âmbito da história, as disputas se intensificaram para compreender quais os interesses que esses variados grupos defendem, e o que pretendem é preciso analisar sob o âmbito do político.

Segundo Piubel (2020), na escola essas disputas vão de encontro com as temáticas traumáticas, em alguns casos, opõe-se com as concepções históricas do professorado. Thays Merolla Piubel ressalta a importância do campo do ensino de história se posicionar nesses conflitos ideológicos que comprometem a qualidade do trabalho docente, considerando os conhecimentos da Teoria da História e da Historiografia, e na Educação, a Didática e os currículos, que suscitem reflexões em torno do ensinar e aprender história.

Uma abordagem sobre Ditadura na sala de aula exige dos professores um discurso cuidadoso, com argumentos bem fundamentados e discussões que possibilitem dar vez e voz a todos que quiserem se expressar de forma democrática, com vistas à construção do pensamento histórico, aproximando os alunos da tarefa do historiador para que entendam que a história é

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

construída com rigor de suas teorias e métodos, esse é o melhor caminho para combater concepções equivocadas acerca de fatos históricos difíceis e traumáticos.

Em suma, na atual conjuntura onde ideias negacionistas e até mesmo anacrônicas se consolidam enquanto verdades, não só defendidas por alunos, mas também por alguns professores, fica cada dia mais complicado lidar com temáticas históricas, principalmente aquelas utilizadas para justificar posições políticas e ideológicas. O saber escolar não é o único, nossos estudantes são seres pensantes com saberes provenientes de vários outros espaços, logo, o professor não doutrina ninguém, a aula é onde “[...] o passado ganha um maior grau de orientação e de cientificidade.[...]” (GONÇALVES,2018,554).Essas temáticas precisam ser revisitadas, assim como outras possibilidades de análises em sala de aula pois ,

“[...] ainda não se estabeleceu um amplo debate que proporcionasse o resgate de fontes diversas para auxiliar aos estudantes a construção de narrativas que auxiliem ao desenvolvimento da consciência histórica sobre a ditadura civil militar brasileira.[...]” (GONÇALVES,2018,555)

As narrativas construídas pelos vencedores, e até hoje sustentadas por grupos saudosistas do regime ditatorial, devem ser confrontadas mediante a utilização de outras formas de representação (imagens e discursos), a exemplo dos memes, que possam servir de estímulo à pesquisa, possam despertar empatia, aguçar olhares e provocar questionamentos dos alunos sobre passado e presente e sobre o seu próprio papel enquanto sujeitos históricos. Desse modo, caminha-se no sentido de um “aprendizado histórico”² que contribua para potencializar a consciência histórica dos indivíduos de modo que possam orientar sua vida prática a partir de suas experiências no tempo.(RUSEN,2007)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REFERÊNCIAS

BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição . História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Revista Antíteses**, Londrina, v.9, n.18, p.249-274, jul./dez. 2016.

BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. Histórias vividas: usos do passado recente entre jovens estudantes. **Revista História Hoje**, v.7,nº 13, p.83-105 – 2018.

FARIAS, José Aírton de; OLIVEIRA Danielle Rodrigues de. Ensino de ditadura civil-militar em tempos de “Escola Sem Partido” .|Revista Eletrônica de Educação, v. 14, 1-20, e2712020, jan./dez.2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.28,nº 47, p.43-59,jan/jun 2012.

FICO, Carlos.Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador 2013 Revista Topoi,Rio de Janeiro, v.14 , n.27, jul./dez. 2013.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ANDRADE, Juliana Alves de; BALESTRA, Juliana Pirola. Entrevista – Vera Carnovale: A dor do outro como tema nas aulas de história. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 179-203, 2018.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGÊNIO, Jonas Camargo. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, p.139-159, vol. 7, nº 13, jun, 2018.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MESQUITA,Ilka Miglio de. Ensino de História com questões sensíveis. **Pensar a Educação em Revista**, Florianópolis/Belo Horizonte, ano 6, vol.6, n.2,jun-ago 2020.

GONÇALVES, Rita de Cássia. O passado e a História Difícil para o ensino e aprendizagem da História.**Antíteses** v. 11, n. 22, p.553-572, jul./dez. 2018

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2004. _____. Ethical responsibility and the historian: on the possible end of a history “of a certain kind”. *History and Theory*, (43): 43-60, dez. 2004.

PEREIRA Nilton Mullet; PAIM, Elison Antonio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018. ISSN 0102-6801

PEREIRA,Nilton Mullet. Ensino de História, dever de memória e os temas sensíveis.In: II Seminário de Educação,Conhecimento e Processos educativos.2017 .

PESSI, Bruno Stelmach. O uso de Internet no aprendizado de História: possibilidades e dificuldades. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre,v.2, n.3 jul/dez. 2015.

PIUBEL, Thays Merolla. Temas sensíveis no ensino de história: produzindo conhecimento histórico escolar na relação passado/presente . Escritas: **Revista do Curso de História Araguaína**. História e Educação: práticas e reflexões em ISSN 2238-7188 tempos de pensamentos anticientíficos Vol. 12, n. 2 (2020) p. 71-87 Araguaína

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI Adriane de Quadros.(orgs.). *Competências do pensamento histórico*. Curitiba: W.A. Editores, 2020 (Coleção Educação Histórica)